

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 186/85, do Ministério do Equipamento Social, que actualiza os limites de competência das várias entidades envolvidas na aprovação de projectos de obras públicas, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 123, de 29 de Maio de 1985.

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 184/85, do Ministério da Justiça, que altera a redacção dos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 104/80, de 20 de Maio (cria o Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Justiça), e dos artigos 1.º, 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 233/83, de 30 de Maio (estabelece a estrutura e composição do conselho administrativo dos Cofres do Ministério da Justiça), publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 122, de 28 de Maio de 1985.

Nota. — Foi publicado um suplemento ao *Diário da República*, n.º 152, de 5 de Julho de 1958, inserindo o seguinte:

Presidência do Conselho de Ministros:

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-B/85:

Permite a não sujeição do pessoal em serviço na Direcção-Geral do Tesouro em regime de requisição aos prazos previstos no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Avisos:

Torna público ser a Direcção-Geral dos Serviços Judiciários a autoridade que exerce em Portugal as funções de «autoridade expedidora» e de «instituição intermediária», conforme o artigo 2.º da Convenção sobre Cobrança de Alimentos entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Portuguesa.

Adopta taxas de câmbio na cobrança de emolumentos consulares a efectuar desde 30 de Junho de 1985.

Declaração:

De ter sido autorizada uma transferência de verbas no orçamento do Ministério, no montante de 4010 contos.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 333/85

de 20 de Agosto

Tornando-se necessário esclarecer a tramitação, condicionalismo e limites do processo administrativo pelo qual os fabricantes podem ser autorizados a divulgar novos produtos de tabaco ou novas marcas, é dada nova redacção ao n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 226/83, de 27 de Maio, e acrescentado um novo número ao mesmo artigo.

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. O artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 226/83, de 27 de Maio, passa a ter a seguinte redacção:

- 1 —
- 2 —
- 3 —

4 — No lançamento de novos produtos do tabaco ou de novas marcas, o fabricante, por despacho do ministro que tiver a tutela sobre o Conselho de Prevenção do Tabagismo, e ouvido o parecer deste, poderá ser autorizado a proceder

à sua divulgação entre o público num prazo máximo de 6 meses a contar da data do respectivo lançamento.

5 — Considerar-se-á deferido o pedido referido no número anterior se o requerimento não for despachado no prazo de 60 dias após a sua entrega, devendo o parecer do Conselho de Prevenção do Tabagismo ser proferido no prazo de 30 dias.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 1 de Agosto de 1985. — *Mário Soares* — *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete* — *António Manuel Maldonado Gonelha*.

Promulgado em 8 de Agosto de 1985.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 12 de Agosto de 1985.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

Decreto-Lei n.º 334/85

de 20 de Agosto

Pela Lei n.º 4/85, de 9 de Abril, foi definido o Estatuto Remuneratório dos Titulares dos Cargos Políticos.

Para regulamentação da matéria respeitante à acumulação da subvenção mensal vitalícia com pensão de aposentação ou de reforma dispõe o Governo, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 27.º, do prazo de 120 dias, a contar da entrada em vigor da citada lei.

É este o objectivo do presente diploma.

Atendendo ainda a que outros aspectos relativos à referida subvenção mensal vitalícia não se encontram tratados de forma inequívoca na Lei n.º 4/85, aproveitase igualmente o presente diploma para proceder à sua clarificação.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 4/85, de 9 de Abril:

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º A acumulação da subvenção mensal vitalícia com pensão de aposentação ou de reforma previstas no artigo 27.º da Lei n.º 4/85, de 9 de Abril, está sujeita ao limite estabelecido nos Decretos-Leis n.ºs 410/74 e 607/74, respectivamente de 5 de Setembro e de 12 de Novembro.

Art. 2.º O tempo de exercício de cargos políticos é contado para efeitos de aposentação ou de reforma.

Art. 3.º O processamento da subvenção mensal vitalícia é feito pela Caixa Geral de Aposentações.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 1 de Agosto de 1985. — *Mário Soares* — *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete* — *António de Almeida Santos* — *Ernâni Rodrigues Lopes*.

Promulgado em 8 de Agosto de 1985.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 12 de Agosto de 1985.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.